



10 anos da Vara Federal de São Mateus

Na véspera do aniversário de 466 anos do município de São Mateus, a vara federal mateense completa, no próximo dia 20, sua primeira década de instalação. E para marcar a data será inaugurado o **Espaço de Artes**, um local onde servidores da Justiça Federal e artistas da cidade poderão mostrar suas criações.

A abertura do espaço será feita com a exposição fotográfica **“Olhai as aves do céu”**, de 22 de setembro a 13 de outubro, das 12 às 17 horas. As fotos são do servidor **Fabricio Vasconcelos Costa**, supervisor da Seção de Redes de Computadores (Sered/NTI), que há dois anos percorre diferentes cidades, reservas, parques e matas, buscando registrar espécies raras. Seu objetivo é, por meio da beleza das imagens da natureza, despertar para a necessidade de preservação ambiental.



Uma breve história

A Vara Federal de São Mateus foi instalada em 20 de setembro de 2000, pela **Resolução nº 11, de 11/04/2000**. Foi a segunda vara federal instalada no processo de interiorização da Justiça Federal capixaba e a primeira do norte do Estado. A Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim, no sul do ES, foi a primeira a ser instalada no interior.

A vara mateense, inicialmente, ficava localizada no centro da cidade, na Rua Barão dos Aymorés, num prédio tombado pelo patrimônio histórico nacional e cedido pela Prefeitura do município. Em 29 de novembro de 2005, foi inaugurada sua nova sede, em prédio próprio, construído na Av. Coronel Constantino Cunha Júnior, s/nº, Bairro Ideal, onde funciona até hoje.

A Subseção Judiciária de São Mateus conta, atualmente, com 16 servidores e nove estagiários, sendo três voluntários, e aproximadamente 5,4 mil processos, estando na titularidade o juiz federal substituto Marcelo da Rocha Rosado. A partir do dia 23, assumirá a titularidade o juiz federal Bruno Dutra. Sua jurisdição abrange os municípios

de São Mateus, Jaguaré, Conceição da Barra, Pedro Canário, Pinheiros, Boa Esperança, Nova Venécia, Vila Pavão, Ponto Belo, Montanha e Mucurici. Cerca de 1,3 mil visitantes passam por lá mensalmente.

Sede antiga (à direita) e sede nova (abaixo)



Equipes do cartório (à dir.) e da área administrativa (à esq.)



Expediente suspenso na VF-São Mateus no dia 21

O diretor do foro da JFES, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, determinou a suspensão do expediente na Vara Federal de São Mateus, no dia 21 de setembro de 2010. A determinação leva em consideração o Decreto nº 5.021/2010, do prefeito do município, que decretou feriado no dia 21, devido às comemorações da emancipação política. Os prazos processuais que vencerem naquela data serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

Clique [aqui](#) para ver a Portaria.

José Neiva e Ferreira Neves são homenageados no Plenário do TRF2

Em uma concorrida sessão plenária, o TRF2 realizou, no dia 13 de setembro, solenidade de homenagem às posses de José Antônio Lisboa Neiva e José Ferreira Neves Neto como seus mais novos componentes. O evento foi conduzido pelo presidente do Tribunal, desembargador federal Paulo Espírito Santo e contou com a presença de servidores, familiares e convidados dos empossandos, além de diversas autoridades, como o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, desembargador Aluísio Santos, o senador Régis Fichtner (que, na ocasião representou o governador Sérgio Cabral), o deputado federal Marcelo Itagiba, a procuradora-chefe substituta da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, Silvana Batini, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Espírito Santo, o advogado Homero Mafra.

O desembargador federal José Neiva assinou o termo de posse no dia 7 de junho. Nomeado para o cargo pelo critério de merecimento, ele ocupa a vaga deixada pela desembargadora federal Tania Heine, que se aposentou em 2009. Até então titular da 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro, José Neiva, ingressou na magistratura federal em março de 1993, após ser aprovado no 2º concurso para juiz federal substituto da 2ª Região. Antes disso, e desde 1991, o magistrado fora promotor de justiça do Rio de Janeiro.

Já o desembargador federal Ferreira Neves tomou posse no dia 5 de julho, após ter sido nomeado para preencher a vaga do desembargador federal Paulo Freitas Barata, que se aposentou este ano. As duas cerimônias de posse foram conduzidas pelo presidente do TRF2, desembargador federal Paulo Espírito Santo, em seu gabinete. Ferreira Neves ingressou na carreira judicante após ser aprovado, em 1987, no último concurso para juiz federal substituto realizado pelo Tribunal Federal de Recursos (TFR), extinto pela Constituição para dar lugar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e aos cinco TRFs. Até tomar posse no TRF2, ele foi titular da 1ª Vara Federal Cível de Vitória.

Em breves discursos, os empossandos agradeceram aos presentes, aos seus familiares e aos amigos. Também, ambos fizeram menção à colaboração dos seus pares durante todo o percurso de suas carreiras: “Sou um aprendiz e devo muito aos magistrados. Homenageio neste momento os juízes, não só os do trabalho, os estaduais, os militares, mas em especial os juízes federais do Brasil, que são trabalhadores valiosos, probos e abnegados”, disse José Neiva. Ferreira Neves endossou as palavras do colega e completou: “Sinto-me muito honrado por ingressar nesta Corte”. Ele aproveitou o uso da palavra para ressaltar que o Judiciário e a imprensa, que informa a sociedade sobre sua atuação, devem aprimorar a relação: “Há uma dificuldade de comunicação entre o Judiciário e a sociedade. Circulam muitas notícias sobre nossas falhas, mas o povo sabe pouco da nossa atuação. Desconhece que o juiz leva processos para estudar em casa, abre mão de férias, de horas de descanso para dar conta do enorme volume de trabalho a seu cargo”. www.trf2.jus.br



Os desembargadores federais Frederico Gueiros e Salete Maccalóz conduzem Ferreira Neves (centro) para prestar o juramento



Juízes e servidores da SJES prestigiam homenagem

Participaram da homenagem aos desembargadores federais, representando a Seção Judiciária do Espírito Santo, os juízes federais Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha (diretor do foro), Alexandre Miguel (vice-diretor), Maria Claudia de Garcia Paula Allemand (5ª VF-Cível), Eloá Alves (6ª VF-Cível, afastada para atuar no TRE), Cristiane Conde Chmatalik (2º JEF) e Fernando Cesar Baptista de Mattos (1ª VF-Execução Fiscal). Prestigiaram, ainda, o evento os servidores Cecília Inês de Almeida Pacheco Henriques (aposentada), Gilséa Martins Soares (Seção de Arquivo e Depósito Judicial) e Robson Luiz Nascimento Amaral (Seção de Controle de Mandados). Esses servidores haviam atuado na 1ª Vara Federal Cível, sob a titularidade do então juiz federal José Ferreira Neves. Os servidores José Valdir Souza Filho, João Cesar Sobrinho e Waldir da Penha, que eram da 1ª VF-Cível e foram removidos recentemente para o TRF2, acompanhando o magistrado, também foram à solenidade.

Marcela e Mariana, filhas do desembargador federal empossado, José Neves, estavam lá, prestigiando o pai, que foi bastante elogiado por todos, principalmente pelo colega de Corte, desembargador federal André Fontes, e pelo presidente da OAB/ES, Homero Mafra. Ambos destacaram em seus discursos a cultura, o profissionalismo, a gentileza e, acima de tudo, a ética na atuação dele na magistratura.

Amigos de longa data do empossando, o desembargador federal aposentado Antonio Cruz Neto e o desembargador federal Luiz Antonio Soares, que já atuaram na SJES, também fizeram questão de comparecer à homenagem.

País tem quase 90 milhões de processos em tramitação na Justiça

A Justiça brasileira - Justiça Federal, do Trabalho e Justiça estadual - recebeu, no ano passado, 25,5 milhões de novos processos, 1,28% a mais do que em 2008. Somando-se ao estoque de ações ajuizadas em anos anteriores, tramitaram 86,6 milhões de processos nos três ramos da Justiça em 2009, segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os dados fazem parte da pesquisa Justiça em Números elaborada pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, e divulgados nesta terça-feira (14/09), pelo presidente do CNJ e Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso e pelo secretário-geral adjunto do CNJ, José Guilherme Vasi Werner. Clique [aqui](#) para ver o relatório Justiça em Números 2009. GE/MM - Agência CNJ de Notícias

Relatório mostra que Justiça Federal gera mais receitas que despesas

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou o relatório Justiça em Números de 2009, que faz um panorama quantitativo do Poder Judiciário brasileiro. Quanto à Justiça Federal, o relatório revela que, embora tenha efetuado uma despesa da ordem de R\$ 6,1 bilhões em 2009, grande parte dela com recursos humanos, no mesmo período promoveu uma arrecadação superior a R\$ 9,2 bilhões, proveniente de processos de execução fiscal. Os valores pagos pela Justiça Federal às pessoas que ganharam suas causas também superou as despesas, somando um montante de aproximadamente R\$ 12 bilhões.

A Justiça Federal brasileira tem a competência de julgar ações nas quais a União Federal, suas autarquias, fundações e empresas públicas federais figurem na condição de autoras ou rés e outras questões de interesse da Federação previstas no art. 109 da Constituição Federal. A instituição compreende, em segunda instância, cinco tribunais regionais federais e, em primeira instância, uma seção judiciária em cada estado do país, perfazendo um total de 743 varas federais instaladas até o final de 2009. A seguir, alguns trechos do relatório:

Arrecadação

A soma das receitas arrecadadas pela Justiça Federal superou as despesas em 2009, mesmo não tendo sido contabilizadas as receitas geradas pelo TRF da 1ª Região, que não tinha os dados disponíveis. A arrecadação com receitas de execução fiscal - cobrança judicial de impostos federais - chegou a R\$ 9.268.766.497,00, o que corresponde a 208,7% da despesa total da Justiça Federal. O montante arrecadado com a cobrança de custas e emolumentos foi de R\$ 21.732.859,00.

Pagamentos aos jurisdicionados

Os valores pagos aos jurisdicionados em precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) também superou as despesas da Justiça Federal, atingindo o montante de R\$ 12.160.442.577,00 em 2009. Precatório ou RPV são ordens de pagamento dadas por um juiz para determinar que um órgão público pague determinada dívida, resultante de ação judicial.

Processos

No ano de 2009, tramitaram nos tribunais regionais federais 452.052 novos casos, além dos 936.622 processos que já aguardavam julgamento no início do ano. Foram proferidas 457.548 decisões. Isso mostra que a quantidade de processos ingressados se aproxima do número de ações julgadas, o que limita a tentativa dos magistrados de reduzir os processos na fila de espera.

Na primeira instância, o ano de 2009 já começou com 941.423 processos pendentes e outros 449.775 ingressaram nas varas federais durante o ano. Foram proferidas 598.544 sentenças, o que demonstra que os magistrados do 1º grau têm as mesmas dificuldades que os desembargadores quanto à redução de processos em espera de julgamento.

Pessoal

Ao final de 2009, a Justiça Federal contava com um total de 40.438 servidores (inclusive estagiários e terceirizados). São 1.550 magistrados lotados nos seguintes tribunais: 353 magistrados no TRF da 1ª Região, 220 no TRF da 2ª Região, 436 no TRF da 3ª Região, 354 no TRF da 4ª Região e 187 magistrados no TRF da 5ª Região. Isso quer dizer que, para cada 100.000 brasileiros, a Justiça Federal conta, em média, com 22 pessoas para atendê-los.

Relatório

Esta edição do relatório Justiça em Números foi desenvolvida com novos instrumentos, nova metodologia e maior detalhamento das informações. As mudanças visam dar mais transparência à atuação da Justiça brasileira, além de contribuir para o melhor planejamento das políticas públicas do Judiciário. O relatório completo pode ser acessado no site do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br). Assessoria de Imprensa do CJF

“Pedofilia” e “Igualdade e Políticas de Reconhecimento” são temas das próximas videoconferências da Emarf

A Escola de Magistratura Federal da 2ª Região (Emarf) promoverá em breve dois programas de estudos avançados, gratuitos e abertos a público: “Pedofilia – Parte de Direito Penal”, no dia 24 de setembro, e “Igualdade e Políticas de Reconhecimento”, em 1º de outubro. Ambos serão realizados no Rio de Janeiro, das 9 às 18 horas, com transmissão ao vivo por videoconferência para o auditório da Justiça Federal do Espírito Santo (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória). **Inscrições:** pelo módulo do CAE na internet, para magistrados federais, e pelo e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br ou telefone (27) 3183-5187, para demais interessados.

Biblioteca expõe a obra “Dicionário do Voto”

A Seção de Documentação e Divulgação (Sedod/NAJ) expõe a partir de hoje, 15/09/2010, na biblioteca da JFES, exemplar autografado da obra “Dicionário do Voto”, de autoria do ministro Costa Porto. Autor e obra são paradigmas do Direito Eleitoral Brasileiro.

O livro é antológico e traz fatos curiosos sobre eleição. Costa Porto, inclusive, tornou-se consultor para assuntos de eleição no Brasil, debatendo com filósofos, historiadores, dentre outros.

De acordo com Cláudia Mara Silva Barbosa Nascimento, supervisora da Sedod/NAJ, a exposição do livro coincide com o período eleitoral que estamos vivendo. “O assunto é muito interessante e há um projeto mais a longo prazo da seção para promover ações marcantes na biblioteca em datas especiais como essa, atrelando-a, assim, a um fato atual”.

O livro ficará em exposição até o final das eleições.

Perfil

Professor do Departamento de Direito da Universidade de Brasília (UnB), Walter Costa Porto foi ministro do TSE entre 1996 a 2001.

Formado em Direito pela Faculdade da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pós-graduado no Instituto de Ciências do Homem, na mesma universidade, foi eleito, por unanimidade, pelo Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em abril de 2008, diretor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE).

Natural de Nazaré da Mata (PE), Walter Costa Porto exerceu diversos cargos públicos em seu estado de origem, entre eles o de procurador-chefe da Universidade Federal de Pernambuco. Foi presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e secretário-geral do Ministério da Justiça. Também foi secretário-geral do Ministério da Desburocratização. Na área de educação, Costa Porto foi chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB e membro do Conselho Federal de Educação.

Além disso, foi membro do Tribunal Eleitoral Internacional de Moçambique, designado pela ONU. Fez estágio na *École Nationale d'Administration Publique*, em Quebec, no Canadá.

Costa Porto é autor dos livros “O voto no Brasil” e “A mentirosa urna”, entre outros.

Corregedoria do CNJ lança programa para agilizar o julgamento de processos

A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, lança, na próxima segunda-feira (20/09), em São Paulo (SP), o projeto **Judiciário em Dia**, que vai promover mutirões de julgamento com o objetivo de dar maior agilidade à tramitação dos processos no Judiciário brasileiro. O projeto terá início no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) e conta com a parceria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. A cerimônia de lançamento do programa será realizada às 14h na sede do TRF3, em São Paulo (edifício Torre Sul – 25º andar).

Na ocasião, a ministra Eliana Calmon assinará um convênio com o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Francisco Falcão, e o presidente do TRF3, desembargador Roberto Haddad, para a execução do projeto. O mutirão terá seis meses de duração e vai agilizar

a conclusão das ações do TRF3. A força tarefa contará com a participação de desembargadores, juízes federais e servidores do TRF3, assim como representantes do Conselho da Justiça Federal e do CNJ.

O objetivo é garantir o cumprimento da Meta 2 do Judiciário, que prevê o julgamento de todos os processos de conhecimento que ingressaram na Justiça até 31 de dezembro de 2006, além de reduzir em pelo menos 70% o acervo dos gabinetes atendidos pelo mutirão. No TRF3 existem atualmente cerca de 340 mil processos pendentes de julgamento, dos quais 73 mil são alvos da Meta 2 de 2009 e de 2010. O projeto também vai auxiliar o Tribunal na adoção de práticas mais modernas de gestão nos gabinetes, de maneira a reduzir o tempo de tramitação dos processos. O TRF3 é o primeiro atendido pelo projeto, que se estenderá a outros tribunais.

Funcionamento

Durante o mutirão, serão formadas seis turmas de julgamento, compostas por um desembargador federal, que presidirá os trabalhos, e dois juízes federais. Também serão constituídas equipes de trabalho, compostas por funcionários de primeiro e segundo grau do TRF3, além de servidores requisitados de outros tribunais. Uma parte da equipe vai trabalhar na triagem dos processos e no auxílio à implantação das rotinas de gestão. Outra equipe prestará assistência aos julgamentos. As sessões de julgamento acontecerão durante a semana, mas poderão ocorrer também aos sábados, caso necessário. MB/MM - Agência CNJ de Notícias